

Psicologia Social Comunitária: Perspectivas Anarquistas

Community Social Psychology: Anarchist Perspectives

Ricardo Mendes Mattos¹

RESUMO: A Psicologia Comunitária contribui para a emancipação coletiva, a partir de reflexão ético-política e intervenções psicossociais em comunidades. Neste contexto, apresentam-se perspectivas anarquistas em Psicologia Comunitária, a partir de um estudo teórico de vivências na República Dominicana e na África do Sul, bem como relato de experiência em comunidade caipira paulista. Conclui-se que a contribuição libertária à Psicologia Comunitária se concretiza na crítica das relações ético-políticas de poder, em especial a postura de psicólogas (es/os) e a presença do Estado nas comunidades. No âmbito das técnicas libertárias, destaca-se: a identificação de fragmentos anarquistas ou iniciativas autogovernadas vivenciadas de forma autônoma nas comunidades; práticas coletivas de autogestão; políticas prefigurativas de revolução aqui e agora; e articulação em rede. No interior do pluralismo característico da Psicologia Comunitária, espera-se que as contribuições anarquistas fortaleçam seu compromisso político com a transformação social em bases democráticas, diversas e antiautoritárias.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Anarquismo; Autogestão; Políticas prefigurativas.

ABSTRACT: Community Psychology contributes to collective emancipation through ethical-political reflection and psychosocial interventions in communities. In this context, anarchist perspectives on Community Psychology are presented, based on a theoretical study of experiences in the Dominican Republic and South Africa, as well as an experience report in a rural community in São Paulo/Brazil. The conclusion is that the libertarian contribution to Community Psychology is embodied in the critique of ethical-political power relations, especially the stance of psychologists and the presence of the State in communities. Within the scope of libertarian techniques, the following stand out: the identification of anarchist fragments or self-governing initiatives experienced autonomously in communities; collective self-management practices; prefigurative politics of revolution here and now; and networking. Within the pluralism characteristic of Community Psychology, anarchist

¹ Universidade de Taubaté (UNITAU)

contributions are expected to strengthen its political commitment to social transformation on democratic, diverse, and anti-authoritarian foundations.

Keywords: Community Social Psychology; Anarchism; Self-Management; Prefigurative Politics.

Introdução

O mundo contemporâneo vivencia grande vitalidade do movimento anarquista, em lutas antiautoritárias contra as diversas formas de dominação. O psicólogo social Tomás Ibáñez (2014) analisa esse “ressurgimento” do anarquismo no século XXI de maneira semelhante à “explosão” anarquista observada pelo antropólogo David Graeber (2004) ou ao “revival” anarquista designado pelo cientista político Saul Newman (2006).

Neste contexto, surgem diversas aproximações dos anarquismos com as psicologias, a exemplo da proposta de Psicologia Anarquista na Espanha, formulada por Anastácio Overejo (2016), ou na Colômbia, por Andrey Fernández e Yuranny Garzón (2011). Tais propostas denunciam a Psicologia como ciência a serviço da dominação, ao individualizar problemas sociais, normatizar as subjetividades e psicopatologizar as diferenças. Dessa forma, a partir de uma perspectiva crítica, as Psicologias Anarquistas buscam analisar as relações de poder na construção das subjetividades, tendo em vista a criação de formas coletivas de resistência às práticas autoritárias.

Duas destas propostas se situam no âmbito da Psicologia Comunitária: a pesquisa de Omar González (2019) com coletivos anarquistas da República Dominicana; e a intervenção de Nick Malherbe (2023) em comunidades da África do Sul. Incorporando o legado anarquista, tais iniciativas têm em comum a problematização das relações de poder que se estabelecem entre psicólogas (es/os) e sujeitos comunitários, bem como destes com o Estado. Além dessa contribuição analítica, estas perspectivas desenvolvem práticas

libertárias, como a autogestão e as políticas prefigurativas, que podem fortalecer as ações transformadoras da Psicologia Comunitária.

A partir de uma vivência etnográfica em comunidades rurais do município paulista de São Luiz do Paraitinga, no período de 2014–2024, tais práticas anarquistas se mostraram frutíferas para a análise e intervenção em processos comunitários da tradição caipira.

No ponto de intersecção entre o relato de experiência e o estudo teórico, o presente artigo tem como objetivo analisar práticas libertárias na Psicologia Social Comunitária, em especial fragmentos anarquistas, políticas prefigurativas e autogestão. Esta Psicologia Social Comunitária Anarquista é exemplificada em processos concretos de uma comunidade rural caipira do Alto do Paraíba, em especial a partir dos embates entre tradições culturais imemoriais e interferências de políticas públicas estatais.

Inicialmente discutiremos o foco da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana nas relações de poder estabelecidas no interior das intervenções comunitárias. A seguir, apresentaremos as propostas de Omar González e Nick Malherbe, em sintomia com nossa própria experiência em comunidades tradicionais caipiras. Por fim, são sintetizadas as principais contribuições da perspectiva anarquista para a Psicologia Social Comunitária.

Transformar indivíduos em sujeitos históricos

Ao analisar as definições de Psicologia Comunitária, a psicóloga social e cientista política venezuelana Maritza Monteiro destaca haver uma “característica, realmente la primera y primordial, la esencial de la psicología comunitaria”. Qual seja: “lo comunitario incluye el rol activo de la comunidad, su participación. Y no sólo como invitada, o como espectadora aceptada o receptora de beneficios, sino como agente activo con voz, voto y veto” (Monteiro, 2004, p. 31).

Nesta perspectiva, a comunidade é considerada sujeito ativo na compreensão e construção da realidade social em que está inserida. Rompe-se, assim, com uma visão paternalista da comunidade como sinônimo de carência ao enfatizar suas fortalezas e possibilidades na autodeterminação da vida em comum.

No âmbito da Psicologia Social Comunitária brasileira, Regina Helena de Campos (2007) destaca o objetivo de transformar indivíduos em sujeitos. Trata-se do cerne da Psicologia Comunitária: “Seu problema central... é a construção do indivíduo como sujeito que emerge da atividade comunitária e das condições sócio-históricas do lugar, e sendo responsável por ele” (Góis, 1994, p. 07).

Tal perspectiva está relacionada ao foco da Psicologia Comunitária, qual seja, “el poder y el control sobre las circunstancias de vida por parte de las personas que integran las comunidades”, ou seja, “coloca a la comunidad como ámbito y sujeto del quehacer psicosocial comunitario” (Monteiro, 2004, p. 36).

Neste sentido, ao apresentar o histórico e os fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil, Silvia Lane (2007, p. 21) destaca os seguintes princípios básicos, expostos no 1º Encontro Regional de Psicologia na comunidade, realizado em São Paulo em 1981: “a importância da organização legítima dos trabalhadores por eles mesmos”; “a importância do controle pela base dos movimentos populares”; “e o profissional como dinamizador, como animador dos grupos, nunca como liderança”.

A autora salienta a importância de analisar as “relações de poder que se constituem no cotidiano”, em especial o atravessamento “paternalista” e assistencialista nos trabalhos comunitários (Lane, 2007, p. 25). No interior dessas relações de poder, o papel de psicólogas (es/os) comunitárias (es/os) recebe atenção especial, uma vez que possui uma tendência de ser reconhecido pela comunidade como “liderança”, com possibilidades de “impor” pensamentos e ações como verdades absolutas. Sobre essa armadilha, Silvia

Lane é direta: “Desta forma cristalizamos a nossa identidade, nos submetendo a um poder autoritário e espúrio, esquecendo que em um grupo, por princípio, somos todos iguais em direitos e deveres” (Lane, 2007, pp. 32-33).

Em outras palavras, para fortalecer o protagonismo de membros da comunidade como sujeitos de sua própria história e da vida coletiva, há uma preocupação ético-política com a postura das (es/os) psicólogas (e/os). Ao se debruçar sobre essa questão ética, Maritza Monteiro pontua a necessidade de construir uma “relación dialógica entre agentes externos (psicólogos) y agentes internos (miembros de la comunidad) y reconocimiento del carácter activo de los segundos” (Monteiro, 2004, p. 31).

Uma relação horizontal e dialógica que, como pondera Paulo Freire (1981, p. 11) se esquia da “ingenuidade do messianismo”, que entende o trabalho profissional como “salvação” para a comunidade, postura típica de “instrumentos domesticadores”. Ou, como reflete Marilena Chauí (2014, p. 19), problematizar o discurso competente da “ideologia cientificista contemporânea” que determina quem tem autoridade e verdade para falar (profissional) e aqueles a quem cabe meramente ouvir, assimilar e obedecer. Há o risco da (e/o) psicóloga (e/o) comunitária (e/o) se colocar como dono do saber ao incorporar o status que a profissão lhe confere (Monteiro, 2004, p. 82).

Esta esfera ético-política está vinculada aos “métodos” e às “técnicas” utilizados por psicólogas (es/os) em comunidades, pois são estas as intervenções que concretizam o “carácter participativo” de seu trabalho psicossocial (Monteiro, 2004, p. 37). Maritza Monteiro destaca haver um “pluralismo metodológico” e grande diversidade de práticas que podem ser utilizadas na Psicologia Comunitária. Além da crítica às relações de poder e à autoridade científica, típica da esfera ético-política, pensamos que as experiências anarquistas em trabalhos comunitários podem oferecer possibilidades metodológicas e técnicas para o fortalecimento dos sujeitos históricos que constroem a vida comunitária.

Práticas Libertárias em Psicologia Comunitária

Autogestão anarquista

Em sua tese de doutoramento, intitulada “Psicología Social de redes sociales para la autogestión: un estudio de casos con minorías libertarias en República Dominicana”, Omar González (2019) desenvolveu um estudo com grupos anarquistas que praticam a autogestão no ambiente urbano. O professor de Psicologia da Universidade Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), propõe uma Psicologia Anarquista e Libertária a partir de “revisão e aprofundamento” da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró (1942-1989), com a qual partilha a práxis revolucionária de emancipação social (González, 2019, p. 47).

Há um esforço do autor em diferenciar uma perspectiva anarquista do pensamento marxista predominante nas psicologias críticas. Assim, considera que a Psicologia da Libertação adota um conceito de poder ligado à luta de classes, em um “reducionismo economicista” (González, 2019, p. 45). Tal perspectiva preconiza uma revolução geral macrossocial, em especial no âmbito da coletivização dos modos de produção. Esta forma de revolução está condicionada a um vanguardismo do partido comunista e seus congêneres, que prefiguram práticas hierárquicas típicas do “socialismo estatal autoritário” (González, 2019, p. 328). Por fim, no âmbito epistemológico, Omar González problematiza o “racionalismo crítico” do “dogmatismo marxista” com seu teor messiânico e proselitista que monopoliza as diferentes formas de consciência crítica (González, 2019, p. 54).

Em detrimento da perspectiva marxista, o autor constrói a análise das relações de poder a partir de Michel Foucault (1926-1984) e sua ênfase no controle das subjetividades por meio de práticas discursivas de saber-poder (González, 2019, p. 55). Isto implica uma epistemologia aberta à “pluralidade de ideias” e “distintas perspectivas de justicia y de

libertad” (González, 2019, p. 54). Ao contrário de uma revolução universal, destaca-se a transformação libertária de relações cotidianas, no contexto microssocial de comunidades, a partir de “iniciativas autogestionarias que tengan como eje al espacio común compartido horizontalmente por actores responsables” (González, 2019, p. 328).

De forma geral, Omar González (2019) considera autogestão a livre iniciativa de associação entre pessoas que se organizam de maneira horizontal e não hierárquica, tendo como objetivo a prática ético-política de liberdade e igualdade rumo à emancipação. O autor reconhece a ampla utilização da autogestão comunitária no âmbito da Psicologia, mencionando o trabalho de Maritza Monteiro e León Cedeño como grandes exemplos.

Contudo, no contexto da República Dominicana, Omar González salienta “la noción de autogestión como sinónimo afirmativo del Anarquismo” (González, 2019, p. 84), considerando a tradição radical de ação direta, democracia participativa, ajuda mútua e afronta a qualquer expressão hierárquica e/ou autoritária. Ou seja:

En pocas palabras, un actor anarquista o grupo anarquista se comporta afín a una reflexión ética de libertad y equidad tomando en cuenta la coherencia entre medios y fines consecuente para practicar en el contexto donde les toca vivir y convivir. Esto así, definido el Anarquismo como una práctica e ideal ético de experimentación para la búsqueda conjunta de la libertad y de la equidad social a través de la coherencia entre medios y fines propuesto a la voluntad libre de las personas. La autogestión, vista desde esta perspectiva sería claramente una autogestión de los medios comunes, a lo que nos referimos como autogestión comunitaria. Es decir, la autogestión comunitaria es acercarse a ser dueños de sus vidas y de sus destinos (González, 2019, p. 90).

Observa-se, assim, que a horizontalidade e protagonismo dos participantes, a partir de suas múltiplas perspectivas, torna a autogestão uma prática ético-política emancipatória, em consonância com os propósitos da Psicologia Social Comunitária.

Políticas Prefigurativas

Enquanto Omar González dialoga com a tradição crítica Latino-Americana de Psicologia Comunitária, Nick Malherbe parte de sua vertente estadunidense. O ponto de partida desse professor do Instituto de Ciências Sociais e da Saúde (Universidade da África do Sul) são os “*insights*” anarquistas do norte-americano Seymour Sarason. No texto “Psicologia Comunitária e o *insight* anarquista”, Sarason (1976, p. 251) observa que a presença do Estado nas comunidades impõe interesses alheios às populações, fragmentando os laços sociais e dissolvendo a autonomia coletiva.

Cabe ressaltar que Seymour Sarason rejeita qualquer vínculo com o anarquismo, adotando exatamente o termo “*insight*” como uma perspectiva de inspiração libertária em sua análise das relações entre comunidades e Estado. Por este motivo, Nick Malherbe (2023, p. 218) não defende uma Psicologia Comunitária Anarquista, mas desenvolve a crítica do alinhamento de psicólogas (es/os) comunitárias (es/os) com o Estado.

Sua Psicologia Comunitária anticapitalista critica o teor ideológico da psicologia representante do “mandato explorador do capitalismo”: na prática “adaptacionista” de normatizar as subjetividades à serviço da reprodução neoliberal; na histórica tarefa de “patologizar políticas dissidentes”; e na tendência de tornar problemas sociais e econômicos meras questões psicológicas (Malherbe, 2023, p. 213).

A partir de seus trabalhos na comunidade de Thembelihle, região de Gauteng (África do Sul), o autor ressalta a tendência de se confundir a (e/o) psicóloga (e/o) comunitária (e/o) com autoridades de governo, presa (e/o) em uma trama hierárquica de poder que dificulta seu trabalho. Para dissolver essa associação, Nick Malherbe

problematiza os vínculos institucionais em Psicologia Comunitária, exatamente por seu ruído em relações ético-políticas horizontais – fundamentais para o trabalho comunitário.

Para tanto, lança mão de dois conceitos colhidos do movimento anarquista: a ideia de “fragmentos anarquistas” e de políticas prefigurativas. De maneira geral “fragmentos anarquistas” são práticas democráticas, cooperativas, horizontais e não hierárquicas que já existem nas comunidades e foram organizadas por livre iniciativa de seus integrantes (Malherbe, 2023, p. 212).

O conceito advém da antropologia anarquista do ativista David Graeber (2004), a partir de trabalhos etnográficos em que se ressalta práticas não mercantis de “autogoverno” em comunidades. Nesta perspectiva, o antropólogo aprende com as práticas comunitárias que “criam alternativas viáveis” ao autoritarismo do capital (Graeber, 2004, p. 12). Para o ativista, trata-se de uma “prática intelectual revolucionária não vanguardista”, questionando iniciativas intelectuais de formar uma “elite” crítica para “liderar as massas” (Graeber, 2004, p. 11).

David Graeber (2002; 2004) e Nick Malherbe associam a noção de “fragmentos anarquistas” às políticas prefigurativas. Tais políticas surgiram no contexto da nova esquerda estadunidense, como alternativa às hierarquias dos partidos políticos. No movimento juvenil e estudantil das décadas de 1960 e 1970, Wini Breines (1980) observa forte rejeição às práticas hierárquicas, burocráticas, institucionais e de representação por lideranças, a partir da ênfase na participação horizontal e na democracia direta. Tais políticas prefigurativas são assim denominadas por experimentarem, no presente, relações revolucionárias geralmente aspiradas para o futuro: uma revolução vivida aqui e agora.

Como salienta Uri Gordon (2022), as políticas prefigurativas conciliam os meios e os fins, ou seja, vivencia-se no próprio movimento revolucionário as formas igualitárias

de relações aspiradas como finalidade para toda a sociedade futura – em contraste com o partido político vanguardista que legitima meios hierárquicos e autoritários para se alcançar um futuro de igualdade coletiva. Para o autor, tais preceitos remetem à tradição anarquista da ação direta e a crítica libertária ao partido de vanguarda, considerado microssomo do Estado autoritário revolucionário. Dessa forma, Nick Malherbe (2023) compreende a necessidade de identificar as formas solidárias de organização comunitária (fragmentos anarquistas), nos quais são vivenciadas as relações horizontais que prefiguram uma sociedade igualitária.

Além de localizar os “fragmentos do anarquismo que já existem nas comunidades”, “a tarefa dos psicólogos comunitários preocupados com os *insights* do anarquismo é trabalhar com as pessoas para comunicar, fortalecer e fazer conexões entre esses diferentes fragmentos” (Malherbe, 2023, p. 212). Ou seja, trata-se de articular redes de solidariedade entre as comunidades, de forma a amplificar os impactos de iniciativas localizadas e micropolíticas, para transformações sociais mais abrangentes (Malherbe, 2023, p. 213).

A partir da identificação de fragmentos anarquistas, do fortalecimento de políticas prefigurativas e da articulação em redes de solidariedade, Nick Malherbe destaca como “o anarquismo pode moldar a práxis da psicologia comunitária e, por sua vez, como a psicologia comunitária pode auxiliar na realização de compromissos, práticas e ética anarquistas” (Malherbe, 2023, p. 213).

Fragmentos anarquistas em comunidades caipiras paulistas

Desde o ano de 2014, desenvolvemos práticas de pesquisa etnográfica e intervenções em Psicologia Comunitária em bairros rurais caipiras do Alto do Paraíba – em especial no município de São Luiz do Paraitinga (SP).

Tais comunidades são caracterizadas pela importância da tradição caipira, proveniente dos encontros (e confrontos) entre povos originários, colonizadores e africanos escravizados. Desde a formação desses povoados, no final do século XVIII, assiste-se a uma tensão com o poder estatal, premente nas observações de Carlos Schmidt (1943) ao relatar que as autoridades criticavam o caipira por preferir viver no “mato” em vez de constituir “sociedade civil”. Na história mais recente da comunidade rural de São Pedro de Catuçaba, por exemplo, são pungentes os conflitos ambientais oriundos da formação do Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Santa Virgínia: responsável por desabrigar numerosas famílias, aplicar multas abusivas e proibir atividades tradicionais relacionadas à agricultura de coivara, à pesca e à caça. Há dezenas de camponeses em conflitos com a lei, exatamente por força de um controle ambiental que desqualifica e pune os saberes tradicionais.

Igualmente, as atividades turísticas são criticadas por sua influência pejorativa na renovação de tradições de cantoria caipira, uma vez que capturam expressões da cultura popular como produtos turísticos, promovendo sua mercantilização e espetacularização (Mattos, 2024). Nesse sentido, as tradições comunitárias, com importante valor de uso da celebração da vida e fortalecimento da identidade local, passam a ser investidas de mero valor de troca na atração de turistas.

Contudo, apesar das interferências autoritárias do Estado e do mercado, as comunidades tradicionais caipiras mantêm práticas ancestrais de solidariedade que revelam “fragmentos anarquistas”. O mutirão, proveniente do *aptirum* tupi, é a principal delas – tendo sido estudada por Alceu Maynard de Araújo (1949), Carlos Rodrigues Brandão (1995) e Ricardo Mendes Mattos (2015). Quando uma família camponesa deve realizar uma atividade que demanda mais força de trabalho do que aquela que dispõe (no barreamento de uma casa de pau a pique, em uma colheita ou na limpa do pasto para a

pecuária, por exemplo), solicita-se a ajuda de parentes e vizinhos em um trabalho cooperativo de ajuda mútua.

Da mesma forma, para trabalhos menores, os caipiras realizam o que chamam de “dias trocados”, nos quais cada família trabalha um dia no sítio do camarada e vice-versa (Schmidt, 1943). Embora sejam menos frequentes hoje, se comparadas com as décadas anteriores, essas iniciativas tradicionais de cooperação estão presentes no cotidiano das comunidades caipiras.

O mesmo ocorre no cuidado com a saúde coletiva a partir da prática de raizeiras, curadoras e benzedadeiras. Tivemos a oportunidade de realizar um documentário sobre uma dessas referência comunitárias (Acervo Maria Servina, 2021). Trata-se de um trabalho em saúde, totalmente solidário e gratuito, que ainda hoje atrai muitas pessoas de diversos municípios vizinhos. A partir de grande conhecimento da vegetação local, de extração tupi, as raizeiras receitam dezenas de ervas e raízes em efusões com poderes curativos, infelizmente desqualificados pela equipe do Programa de Saúde da Família local – desconsiderando as prerrogativas do próprio Sistema Único de Saúde que incentivam o diálogo com os saberes tradicionais dos povos originários. No contexto comercial, outra prática tradicional importante é o escambo, designado como “barganha” na cultura caipira. Trata-se da troca direta de serviços e produtos, mormente auferidos na agricultura ou pecuária, sem a intermediação direta de unidade monetária.

De forma um pouco mais complexa, os “fragmentos anarquistas” são observados na organização das festas populares – como aquelas dos santos padroeiros que ocorrem semanalmente no ambiente rural. Diz-se que a festa é do povo, pois há grande tradição de governança popular de festas comunitárias, financiada coletivamente a partir da arrecadação de prendas. Nessa empreitada, contudo, a comunidade, organizada em torno das famílias festeiras, relaciona-se com o Estado, a Igreja oficial e o comércio para

viabilizar recursos importantes na realização da festa. Dessa forma, a solidariedade tradicional concorre com interesses comerciais e turísticos do mercado, eleitores da classe política e financeiros da Igreja (que cobra uma porcentagem do montante arrecadado). Ainda que de forma mais complexa, as festas populares são iniciativas comunitárias que fortalecem os vínculos de pertença à tradição partilhada e à identidade cultural local.

Nessas festas, há partilha da mesma refeição por todas as famílias e acesso às mesmas apresentações tradicionais que revestem sua realização de uma política prefigurativa: um momento de exceção no qual as diferenças (financeiras, étnicas, etárias e de gênero) são suprimidas pela igualdade típica do catolicismo popular.

Como moradores da comunidade de São Pedro de Catuçaba há mais de uma década, poderíamos enumerar uma série de práticas cooperativas cotidianas: a partilha espontânea de frutas e verduras, quando a produção excede o consumo de cada família e é doada solidariamente; o conhecido acolhimento de visitantes na partilha de refeições (o famoso cafezinho), característica da gentileza caipira; e a presença cotidiana de caipiras em espaços públicos (como a praça) para diálogos informais (“dedo de prosa”), fundamentais no fortalecimento da vida coletiva. Junto ao mutirão, ao trabalho de curandeiras (es/os), ao escambo e às festas populares, tais práticas comunitárias dão exemplo de autogestão e fragmentos anarquistas no interior da tradição caipira, autônomos em relação ao Estado, ao Mercado e à Igreja – fontes do poder hierárquico autoritário.

Como destaca Marina Massimi (2023), ao estudar os saberes psicológicos na cultura popular brasileira, tais práticas comunitárias tradicionais podem incentivar a psicologia institucional a criar teorias e métodos científicos pautados no contexto brasileiro – naquilo que Regina Helena Freitas de Campos (2023), considera uma

perspectiva “decolonial”. Tal é o caso de uma possível Psicologia Social Comunitária Anarquista.

Para uma Psicologia Social Comunitária Anarquista

Em uma perspectiva anarquista, a Psicologia Social Comunitária possui como objetivo a construção coletiva da realidade partilhada por meio de vivências solidárias, horizontais e antiautoritárias. Para tanto, promove uma discussão ético-política das relações sociais [em especial quando envolvem a participação de psicólogas (es/os)] e lança mão de metodologias ou técnicas de democracia direta e participação comunitária – que passam ao largo das instituições hierárquicas e burocráticas.

Do ponto de vista ético-político, Nick Malherbe (2023) contribui com a crítica ao Estado e à própria ciência – instituições sociais com as quais psicólogas (es/os) mantêm relações. Embora tenha uma postura emancipatória, a Psicologia Social Comunitária participa de uma ciência e profissão que, historicamente, contribui para a reprodução de uma sociedade hierarquizada – especialmente quando normaliza subjetividades e individualiza problemas sociais, atribuindo às próprias pessoas isoladas a responsabilidade pelos seus sofrimentos (psicopatologização). A crítica à psicologia como ciência autoritária de controle social é a forma de criar possibilidades libertárias na construção de relações igualitárias e democráticas.

Nick Malherbe (2023) também problematiza as interferências nocivas do Estado, quando este impõe interesses estranhos aos benefícios das comunidades – desmobilizando os laços sociais e a autonomia coletiva. Poderíamos estender a crítica ao Estado a diversas outras instituições sociais (tais como organizações não governamentais, entidades religiosas, universidades, partidos políticos e mesmo movimentos sociais). Sabemos que o neoliberalismo tem sido palco da criação de políticas públicas paternalistas, assistencialistas e, muito frequentemente, eleitoreiras. A ampla discussão sobre políticas

públicas em Psicologia pode se beneficiar da crítica anarquista aos seus efeitos nocivos sobre a vida das comunidades.

Igualmente, a presença institucional de universidades nas comunidades deve ser vista com suspeita quando não considera as epistemologias locais e as próprias construções coletivas na proposição de iniciativas e paradigmas acadêmicos. Já os partidos políticos e alguns movimentos sociais possuem formas hierárquicas de representação por meio da formação de lideranças que se impõem como autoridades a prejudicar as construções coletivas horizontais. Observamos que a crítica anarquista ao vanguardismo de lideranças esclarecidas, que devem levar a “consciência social” às comunidades, encontra paralelo em uma postura autoritária e messiânica, com suas premissas de solução de todos os problemas e promessas de salvação.

Ainda do ponto de vista ético-político, Omar González (2019) contribui com uma reflexão crítica sobre a orientação ideológica em Psicologia Comunitária. O autor reconhece a importância histórica do viés marxista em práticas emancipatórias da Psicologia Comunitária, mas problematiza algumas de suas características teóricas e práticas. O conceito de luta de classes e sua ênfase na esfera produtiva podem ser ampliados com a análise de diversas outras formas de dominação provenientes de relações autoritárias no âmbito étnico-racial e de gênero, por exemplo. O foco racionalista na consciência crítica e a tendência “dogmática” de algumas práticas comunitárias devem ser revistos, a partir do respeito à diversidade de ideais e formas afetivas de expressão, que frequentemente não se enquadram nas expectativas ideológicas das (es/os) profissionais. Por fim, é relevante o questionamento do vanguardismo do partido comunista e de alguns movimentos de classe, uma vez que tal postura ético-política contraria as premissas de horizontalidade dialógica que caracterizam a Psicologia Social Comunitária.

A crítica ético-política anarquista do trabalho em Psicologia Comunitária pode contribuir para a análise das relações de poder que influenciam tanto no fortalecimento quanto na desestabilização do potencial comunitário de gestão coletiva da vida em comum. Para concretizar essa perspectiva, a Psicologia Comunitária libertária realiza técnicas radicais como a autogestão, a identificação de fragmentos anarquistas e as políticas prefigurativas. Tais metodologias anarquistas de trabalho comunitário têm em comum o ponto de partida no fortalecimento de iniciativas já existentes de forma autônoma na vida coletiva cotidiana – não sendo sugeridas ou impostas por agentes externos.

Considerada como metodologia ou técnica comunitária, a “autogestão” é prática consagrada em intervenções psicossociais e, de fato, pode ser compreendida como uma perspectiva anarquista relevante. Contudo, deve-se lembrar que a autogestão é prática revolucionária que não se circunscreve à política radical anarquista. No Brasil, por exemplo, a autogestão foi muito popularizada como prática da Economia Solidária de Paul Singer (2002), sob influência do socialismo cooperativista do empresário galês Robert Owen (1771-1858). De qualquer forma, a autogestão é uma forma de organização coletiva, horizontal e participativa que fornece muitas possibilidades para a construção da realidade comunitária pelos sujeitos históricos envolvidos.

Os fragmentos anarquistas, por sua vez, visam identificar e fortalecer as práticas já existentes de autogoverno cooperativo – como as hortas comunitárias, mutirões e festas populares dantes apresentadas. O reconhecimento e a valorização profissional dessas práticas têm grande contribuição para as comunidades reforçarem suas iniciativas de solidariedade.

Como políticas prefigurativas, as práticas comunitárias cooperativas experimentam, no “aqui agora” do cotidiano coletivo, uma vida mais equitativa e

solidária. Enfatizar o teor político revolucionário dessas iniciativas e a importância dos saberes populares para a transformação social é uma maneira de criar movimentos radicais de participação popular direta na criação de uma sociedade igualitária. Por fim, Nick Malherbe e Omar González enfatizam a importância da articulação em rede das iniciativas cooperativas comunitárias. Além de identificar e fortalecer os fragmentos anarquistas, as políticas prefigurativas e os coletivos autogestionados, psicólogas (es/os) podem contribuir na partilha entre as diversas comunidades tendo em vista uma transformação social mais ampla.

Considerações Finais

A Psicologia Comunitária possui como objetivo fortalecer o protagonismo de sujeitos históricos na construção coletiva da vida partilhada. Para tanto, problematiza as relações ético-políticas de psicólogas (es/os) nas comunidades e apresenta técnicas que incentivam a participação coletiva na melhoria das condições de vida.

A partir de experiência com coletivos autogestionados na República Dominicana, fragmentos anarquistas na África do Sul e práticas de solidariedade em comunidades caipiras paulistas, apresentamos algumas características gerais da Psicologia Comunitária Anarquista:

- A crítica da psicologia como ciência de controle das subjetividades;
- O questionamento da influência nociva do Estado, organizações não governamentais, entidades religiosas, instituições de ensino, partidos políticos e movimentos sociais, quando impõem interesses e hierarquias estranhos às comunidades;
- A problematização das relações de poder de psicólogas (es/os) na comunidade, em especial quando se apresentam como autoridade científica ou representante de interesses de instituições sociais;

- A identificação e fortalecimento de fragmentos anarquistas nas comunidades (iniciativas autônomas de gestão horizontal e participativa, tendo em vista o bem comum);
- O fortalecimento de práticas de autogestão em coletivos organizados a partir da democracia direta, participação dialógica e respeito à multiplicidade de pontos de vista;
- A articulação em rede de práticas comunitárias libertárias, tendo em vista o fortalecimento das iniciativas locais e sua união na transformação social de maiores proporções.

Se, como enfatiza Maritza Monteiro (2004), a Psicologia Comunitária possui como objetivo a emancipação coletiva a partir de um pluralismo de perspectivas, esperamos que as práticas anarquistas possam contribuir com o compromisso revolucionário da psicologia na construção de uma realidade igualitária, democrática, antiautoritária e diversa.

Referências Bibliográficas

- Acervo Maria Servina (2021, novembro 20). *Maria Servina: estrela d'alva do jongo* [Vídeo] Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=LAX7xkDSDGg&t=33s>
- Araújo, A. M. (1949). Muquirão. *Fundamentos*, 9-10(1), 158-167.
- Brandão, C. R. (1995). *A partilha da vida*. Geic/Cabral.
- Breines, W. (1980). Community and organization: the new left and Michels' "Iron Law". *Social Problems*, 27(4), 419-429. <https://doi.org/10.2307/800170>
- Campos, R. H. F. (2007). Introdução: a psicologia social comunitária. In Campos, R. H. F. (org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (13a ed., pp. 09-16). Vozes.
- Campos, R. H. F. (2023). Prefácio. In: Massimi, M. *História dos saberes psicológicos na cultura brasileira* (pp. 11-16). Edusp.
- Chauí, M. (2014). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* (13a ed.). Cortez.
- Fernández, A. V. & Garzón, Y. H. R. (2011). *Nuevas perspectivas desde la psicología social crítica: psicología anarquista*. [Tese de Doutorado, Universidad Del Valle, Instituto de Psicología, Santiago de Cali].
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (5a ed.). Paz e Terra.
- Góis, C. W. L. (1994). *Noções de Psicologia Comunitária* (2a ed.). https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42535/1/1994_liv_cwlgois.pdf
- González, O. B. (2019). *Psicología Social de redes sociales para la autogestión: un estudio de casos con minorías libertarias en República Dominicana*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid]

- Gordon, U. (2022). Política prefigurativa, catástrofe e esperança. *Revista de Estudos Libertários*. 4(11), 07-26.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/53586>
- Graeber, D. (2002). The New Anarchists. *New Left Review*, 13(1). Recuperado de
<https://newleftreview.org/issues/ii13/articles/david-graeber-the-new-anarchists>
- Graeber, D. (2004). *Fragments of an anarchist anthropology*. Prickly Paradigm Press.
- Ibáñez, T. (2014). *Anarquismo en movimiento: anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo*. Libros de Anarres.
- Lane, S. T. M. (2007). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F. (org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (13a ed., pp. 17-34). Vozes.
- Malherbe, N. (2023). Returning community psychology to the insights of anarchism: fragments and prefiguration. *Journal of Social and Political Psychology*, 11(1), 212–228. <https://doi.org/10.5964/jspp.9385>
- Massimi, M. (2023). *História dos saberes psicológicos na cultura brasileira*. EdUSP.
- Mattos, R. M. (2015). Brão: o canto de trabalho dos mutirões rurais de São Luiz do Paraitinga. *Revista de Ciências Humanas*, 15(1), 457-470.
- Mattos, R. M. (2024). *O Mestre de Cultura Popular em São Luiz do Paraitinga*. Malungo.
- Monteiro, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Newman, S. (2006). As políticas do pós-anarquismo. *Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.*, 9(1), p. 30-50.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5126>

Ovejero, A. (2016). Psicología y anarquismo. *Anarchisme et pensée libertaire*, 28(1),

01-16. <https://cpp.numerev.com/pdf/articles/revue-28/1267-psicologia-y-anarquismo>

Sarason, S. B. (1976). Community psychology and the anarchist insight. *American Journal of Community Psychology*, 4(3), 243–261.

Schmidt, C. B. (1943). Aspecto da vida agrícola no Vale do Paraitinga. *Revista Sociologia*, 1(1), 35-55.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Perseu Abramo.